

CRÔNICAS DISSERTATIVAS

Reflexões sobre o desafio da curricularização da Extensão e implantação das ações extensionistas em grades curriculares da UFAL: uma experiência no curso de Ciências Biológicas, do ICBS.¹

Alessandra Abel Borges²

Palavras-chave: Senso de Humanidade. Obrigatoriedade da Extensão. Hesitação Vacinal.

Maceió, 14 de novembro de 2022.

As ações que a universidade realiza ou que presta serviços em prol da comunidade, conhecidas como Extensão, se sustentam, na sua essência, em atitudes voluntárias e valores pessoais dos que as planejam e as executam. Neste entendimento, eu inicio esta crônica com uma tônica um tanto ácida: o que é forçado ou obrigatório, ainda que útil ou nobre, pode gerar desconforto ou pouca aceitação e, assim, pode não ser efetivo. A situação é complexa especialmente se o público alvo a que se deseja sensibilizar forem jovens da geração digital.

Uma questão-chave nesta reflexão é a forma com que o Ministério da Educação encontrou para tornar o terceiro pilar das universidades públicas brasileiras – a Extensão – algo de fato produtivo, efetivo, integrado no “viver” o tempo como um estudante universitário, ou seja: a sua obrigatoriedade (conforme Resolução CNE/CES 7/2018; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). A implementação desta exigência determinada pelo Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 (Lei 13.005 de 25 de junho de 2014) se fez nos cursos de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), por meio das Atividades Curriculares de Extensão (A.C.E.s), que são componentes curriculares obrigatórios ao longo do curso.

Ressalta-se que não restam dúvidas de que a proposta da Extensão Universitária é nobre, justa, necessária e uma contrapartida das instituições públicas nas quais se investe tanto do dinheiro público. No meu entendimento, prestar serviço à comunidade é um dever moral da universidade e de seus participantes docentes e discentes, que dela desfrutam

¹ICBS-Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde.

² Doutora em Imunologia, Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Alagoas, E-mail: alessandra.borges@icbs.ufal.br.

conhecimento, formação, aprendizado, vivências, láureas e benefícios.

Porém, executar ações de Extensão exige mais do que a necessidade de se obter aprovação em uma disciplina, é claro. Exige uma boa dose de altruísmo, senso de cidadania e de coletividade, consciência social, amor ao próximo, solidariedade e compaixão. Sentimentos humanos nobres que andam meio fora de moda ou esquecidos. São ações que exigem sair da zona de conforto e que, na sua essência, exigem humanidade, doação, criatividade, esforço extra e talvez também uma alma idealista. Penso que a procura por fazer parte de um projeto de Extensão deveria ser espontânea, uma voz que venha do coração, uma vontade genuína de ajudar, de mitigar mazelas e/ou sofrimentos humanos. Deve vir do desejo de contribuir, efetivamente, seja com a melhoria da qualidade de vida de alguém, seja com a preservação do meio ambiente, seja com a simplificação de processos ou produtos úteis a outrem.

Nesse contexto, a obrigatoriedade da participação nas A.C.E's de todos os/as estudantes dos cursos entra em conflito com os requisitos básicos necessários à efetividade real dos projetos de Extensão. O mais nobre objetivo pode não conseguir sensibilizar a todos que estiverem matriculados nesses componentes curriculares obrigatórios de Extensão curricular e, desta forma, o trabalho em equipe necessário às ações do projeto pode ser dificultado, afetando o resultado e/ou produto do projeto. Pode afetar, também, a motivação do grupo e do próprio coordenador, tornando o desafio de ações extensionistas ainda mais difícil.

Posso falar aqui somente da minha experiência, muito nova e recente, em ações de Extensão. Em vista das disciplinas que ministro na universidade, Imunologia e Virologia, e em vista do contexto que vivenciamos nos últimos anos, ficou evidente para mim que era necessário realizar ações de Extensão que pudessem, de alguma forma, combater a hesitação vacinal e incentivar a população a confiar novamente no poder da vacinação. Eu falo do poder em combater, controlar e até erradicar doenças infecto-contagiosas extremamente danosas ou letais à humanidade. Vi que era hora de enaltecer o nosso Programa Nacional de Imunização, PNI (RIBEIRO, 2008) que já foi exemplo para o mundo! Exemplo de eficácia, exemplo de política de Saúde Pública, exemplo de amor ao próximo e a si mesmo. As coberturas vacinais atuais contra todas as doenças para as quais existem vacinas disponíveis no nosso Sistema Único de Saúde estão muito abaixo do necessário para se manter o controle da circulação dessas doenças na população brasileira (MÜLLER et al, 2021; BRASIL, 2021; BORBA; VIDAL; MOREIRA, 2015; CRUZ, 2017; BROWN et al, 2018). O motivo? São inúmeros,

mas, acima de tudo, a hesitação vacinal (o atraso ou recusa da vacinação) motivada por fake news, inclinações políticas, filosóficas ou religiosas que estão no cerne deste problema (ZORZETTO, 2018; FRUGOLI et al, 2021).

Posto isto, há alguns meses elaborei junto a um colega um projeto de Extensão cujo objetivo maior é o de incentivar a vacinação por meio da informação. Ele está agora em sua segunda etapa em andamento como projeto atrelado a A.C.E's dos semestres iniciais do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da UFAL. Na experiência da primeira etapa, A.C.E.1, o que se viu foi o que eu exponho a seguir. Alguns alunos compreenderam a importância dessas ações e participaram com dinamismo e entusiasmo das atividades; outros cumpriram protocolo e executaram as tarefas para o recebimento da nota e aprovação na matéria, apenas; outros sequer compreenderam de que se trata Extensão (apesar das explicações); e outros, ainda, apenas silenciosamente desistiram do componente curricular. Exceto para os últimos - que naturalmente precisarão cursar novamente a A.C.E. em outro projeto, aqueles que meramente fizeram o mínimo para obtenção de notas será que cumpriram seu papel para com a sociedade? A Extensão para estes estudantes foi realmente vivenciada e sua importância compreendida? Sua contrapartida com o investimento público concedido foi verdadeiramente paga à população? Não há resposta simples, é preciso refletir a respeito.

Em conclusão, nota-se que o esforço hercúleo de coordenadores de curso para planejar a implantação das A.C.E's e o dos proponentes de projetos pode não ter sido ainda suficiente para fazer os campi universitários e seus estudantes cumprirem seu papel moral para com a sociedade: fazer a Extensão ser, de fato, efetiva e obrigatória no seio da Universidade Pública. Esta reflexão, uma provocação, não tem, contudo, a menor pretensão de indicar a resposta ou a saída para enfrentar este enorme desafio que é a conscientização dos jovens sobre a importância da empatia, da solidariedade, da doação do nosso conhecimento, do nosso tempo, do nosso esforço ao próximo, sem esperar nada em troca senão apenas o aperfeiçoamento de nosso senso de humanidade.

Referências

BORBA, Rodrigo C.N.; VIDAL, Vinícius M.; MOREIRA, Lilin O. **The re-emergency and persistence of vaccine preventable diseases**. Anais da Academia Brasileira de Ciências, [s. l.], v. 87, n. 2, p. 1311-1322, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aabc/a/9JW3XxcMGk8WFCxV6TVkP4Q/?format=pdf&lang=en>>

BRASIL, Ministério da Saúde. **Vigilância epidemiológica do sarampo no Brasil – semanas epidemiológicas 1 a 9 de 2021**. Boletim Epidemiológico, [s. l.], v. 52, n. 12, 2021.

Disponível em:
<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_12.pdf> (acessado em 08/03/2022).

BROWN, Amy Louise et al. **Vaccine confidence and hesitancy in Brazil**. Cadernos de Saúde Pública, [s. l.], v. 34, n. 9, e00011618, 2018. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/0102-311x00011618>>

CRUZ, Adriane. **A queda na imunização no Brasil**. CONSENSUS, [s. l.], ano VII, n. 25, p. 20, 2017. Disponível em:
<https://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/revistaconsensus_25.pdf>

FRUGOLI, Alice Gomes et al. **Vaccine fake news: an analysis under the World Health Organization 's 3Cs model**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, [s. l.], v. 55, p. e. 03736, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1980-220X2020028303736>>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em:
<https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>

MÜLLER, Sabrina Kunz et al. **Hesitação Vacinal em Gestantes Atendidas pelo Sistema Único de Saúde no Sul do Brasil: Um Estudo Transversal**. Revista Saúde e Desenvolvimento Humano, [s. l.], v. 9, n. 3, 2021. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.18316/sdh.v9i3.7812>>

RIBEIRO, Maria Seleste Soares. **Programa Nacional de Imunização – PNI**. In: ALEXANDRE, Lourdes Bernadete S.P.; DAVID, Rosana (Org.). Vacinas – Orientações Práticas. São Paulo: Martinari, 2008. p.13-18.

ZORZETTO, Ricardo. **As razões da queda na vacinação**. Pesquisa Fapesp, São Paulo, v. 19, n. 270, p. 19-24, 2018. Disponível em:
<<https://revistapesquisa.fapesp.br/as-raoes-da-queda-na-vacinacao/>>